



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CARLA GOMES DA CONCEIÇÃO

**ATUAÇÃO DA ONU MULHERES BRASIL: DESENVOLVIMENTO E
IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS**

João Pessoa

2024

CARLA GOMES DA CONCEIÇÃO

**ATUAÇÃO DA ONU MULHERES BRASIL: DESENVOLVIMENTO E
IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS¹**

Artigo científico apresentado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas como requisito parcial à obtenção de título de Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Prof^a Dr^a Mariana Pimenta Oliveira Baccarini

João Pessoa
2024

¹ Este texto apresenta resultados de pesquisa realizada e financiada no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da UFPB, executada junto ao Grupo de Pesquisa em Mudança Institucional (PEMI/UFPB), entre setembro de 2022 e agosto de 2023.

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C744a Conceicao, Carla Gomes da.
Atuação da ONU Mulheres Brasil: desenvolvimento e
implementação de projetos / Carla Gomes da Conceicao. -
João Pessoa, 2024.
32 f.

Orientação: Mariana Pimenta Oliveira Baccarini.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. ONU Mulheres. 2. Organizações internacionais. 3.
Questões de gênero. 4. Organizações Não Governamentais
(ONGs). I. Baccarini, Mariana Pimenta Oliveira. II.
Título.

UFPB/CCSA

CDU 327

CARLA GOMES DA CONCEIÇÃO

ATUAÇÃO DA ONU MULHERES BRASIL: DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em, 26 de agosto de 24

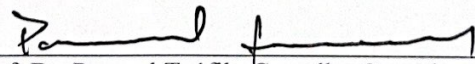
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Mariana Pimenta Oliveira Baccarini – (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Profa. Dra. Xaman Korai Pinheiro Minillo
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dr. Pascoal Teófilo Carvalho Gonçalves
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

AGRADECIMENTOS

A cada dia que passo longe, penso na minha terra, o estado do Amapá, no Norte do Brasil. Penso na imensidão de águas doces do maior rio do mundo, o Amazonas; penso no açaí, na farinha e no peixe assado; penso em cada esquina, em cada rua e em cada praça que compõem a cidade de Macapá, lugar onde nasci. Mas, principalmente, penso na minha família, de sangue e de coração, que me espera de braços abertos e me lembra que sempre tenho um lar para onde voltar. Sem esquecer de onde vim, cultivo o caminho para onde vou.

Portanto, agradeço à minha avó Raimunda, que sempre cuidou de mim com muito amor regado por bolos mesclados, almoços às 11h, cochilos na rede e noites assistindo novela. À memória dos meus avós Arquimimo, Marina e Raimundo, por firmarem as bases de quem eu sou e do que foi a mim ensinado. Aos meus pais, Rosangela e Lauro, por serem sempre presentes em minha vida desde que me entendo por gente; por me incentivarem e proporcionarem a oportunidade para o estudo; e por me ensinarem sobre a importância da dedicação e do cuidado em todas as áreas da vida. À minha irmã, Amanda, pelo apoio e amor incondicional em todas as fases, horas e momentos, e por ser minha companheira em tudo.

À minha melhor amiga, Bya, que mesmo longe se faz presente na minha vida para me ouvir, me acalmar e cuidar de mim quando preciso. Aos meus amigos Aristoretos, em quem encontro o verdadeiro significado de amor e amizade desde a minha adolescência, e são como casa para mim. Obrigada pela segurança de saber que, não importa quanto tempo eu passar longe, meu lugar sempre estará guardado no coração de vocês.

Aos meus amigos de João Pessoa, em quem também encontrei família e acolhimento. Para Isabel, Bolivar, Évine, Maria Fernanda e Carla Meira, meu coração descansa tranquilo sabendo que tenho amparo ao compartilhar meus planos e sonhos com vocês. À Anna Beatriz, que representa cuidado, amor, respeito e segurança na minha vida. Aos que não soltaram minha mão em momentos difíceis de serem atravessados.

Aos que marcaram minha trajetória acadêmica: professores, amigos, colegas de pesquisa e extensão. À minha orientadora, Mariana Baccarini, por todos os conselhos desde o início da minha jornada, pela oportunidade na iniciação científica, e por ter me apresentado novas formas de construir o mundo com a pesquisa e o teatro. Ao grupo de Pesquisa em Mudança Institucional (PEMI/UFPB), que me permitiu encontrar o institucionalismo em um mundo de teorias e crescer enquanto pessoa e acadêmica. Espero conseguir retornar para a sociedade o conhecimento adquirido durante os anos de graduação. Que o ensino público, gratuito e de qualidade continue sendo um espaço de transformação de vidas e de encontrar propósitos que um dia vão mudar o mundo.

Agradeço a todas as mulheres que semearam, cultivaram, floresceram e frutificaram em meu caminho para que eu chegasse onde cheguei. Às mulheres fantásticas em quem me inspiro diariamente para alentar quem eu quero ser: minhas amigas, professoras, parentes e amadas. Às mulheres que me ensinaram que minha voz carrega a de muitas outras. Sou quem sou pelas que vieram antes de mim e pelas que ainda virão.

Por fim, agradeço a mim mesma, que por vezes desanimei mas de alguma forma (seja porque fui amada e apoiada, seja porque acredito em algo maior que eu) reuni forças para chegar até aqui muito feliz com o resultado. Com a agilidade do gato e o brilho da estrela, planto minha própria semente de mudança.

RESUMO

Este artigo aborda a atuação da ONU Mulheres no Brasil no desenvolvimento e implementação de projetos relacionados a questões de gênero. O estudo questiona: qual é seu papel na implementação de projetos no Brasil, desde sua criação em 2010 até o ano de 2023? Logo, o objetivo geral é compreender de que forma se tem dado a atuação da organização no país, dada a sua função de veículo para a discussão de pautas feministas e construção de políticas públicas. Mapeia-se a atividade por meio de revisão sistemática de literatura, pesquisas no site oficial e contato direto com membros da organização e de projetos atrelados. Conclui-se que, apesar da sua proeminência na produção e divulgação de dados relacionados à realidade brasileira, ainda há uma ação embrionária da ONU Mulheres Brasil na promoção de projetos e políticas públicas. Assim, ainda que esteja associado a iniciativas em diversas áreas, o órgão alcança resultados de maneira incipiente.

Palavras-chave: ONU Mulheres; Brasil; gênero; ONGs; organizações internacionais.

ABSTRACT

This study analyses the work of UN Women in Brazil in the development and implementation of projects related to issues of gender. The paper inquires: what is its role in the implementation of projects in Brazil, since its creation in 2010 until the year of 2023? Thus, the general objective is to understand what have been the results of the organisation's efforts in Brazil, given its function as a vehicle for the discussion of feminist matters and the conception of public policies. It maps out the activity through a systematic literature review, research on official websites and direct contact with members of the organisation and associated projects. It concludes that, despite its prominence in the creation and disclosure of data pertaining to Brazilian life, UN Women Brazil still only develops burgeoning ventures in the promotion of projects and public policies. Therefore, although it is associated with initiatives in several fields, the organisation only accomplishes incipient results.

Keywords: UN Women; Brazil; NGOs; international organisations.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DAW	<i>Division for the Advancement of Women</i>
FIG	Fundo para a Igualdade de Gênero
INSTRAW	<i>International Research and Training Institute for the Advancement of Women</i>
IPP	Índice de Paridade Política
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OI	Organização Internacional
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
ONU Mulheres	Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres
OSAGI	<i>Office of the Special Adviser on Gender Issues and the Advancement of Women</i>
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SSP-DF	Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal
TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
UNIFEM	<i>United Nations Funds for Women</i>
UVLO	Uma Vitória Leva à Outra

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Procedimentos da RSL
Tabela 2	Artigos incluídos a partir da RSL
Tabela 3	Atuação conjunta entre ONU Mulheres e PNUD

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. O PAPEL DA ONU MULHERES NA PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	12
1.2 A criação da ONU Mulheres e seu desenho institucional	14
2. A ATUAÇÃO DA ONU MULHERES NO BRASIL	15
2.1 Revisão sistemática de literatura	15
2.2 Principais projetos em parceria com instituições nacionais	18
2.3 Empoderamento econômico: área com maior destaque em 2016	19
2.4 Dificuldades de acesso à informação	21
2.5 Atuação junto ao PNUD	23
CONCLUSÃO	28
REFERÊNCIAS	30

INTRODUÇÃO

A Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres) é uma organização internacional (OI) integrante da Organização das Nações Unidas (ONU) que exerce a função de agência especializada para lidar com as questões de gênero no sistema internacional. O objetivo é garantir maior eficiência nas ações voltadas para os direitos das mulheres, por meio de medidas como a ampliação do orçamento e a disposição de uma estrutura burocrática mais complexa (Charlesworth; Chinkin, 2013).

Dessa forma, a constituição de uma entidade específica para a promoção concreta de políticas implica em uma tentativa por parte da ONU de atender às demandas e pressões exercidas pelos movimentos feministas para melhorar a abordagem do tema dentro da instituição, caracterizando a mudança institucional. Como reflexo do processo constituinte, a ONU Mulheres atua em conjunto com diversas entidades como grupos da sociedade civil, empresas e governos, que auxiliam no atendimento das demandas locais e na difusão dos outputs promovidos pela instituição (Charlesworth; Chinkin, 2013).

A instituição é dividida em 9 áreas de atuação que definem o foco das políticas públicas a serem adotadas: luta pelo fim da violência contra a mulher, paz e segurança, ação humanitária, participação política feminina, empoderamento econômico, inovação tecnológica, HIV e Aids, mulheres com deficiência e juventude feminina (UN Women, 2023). Assim, a participação de entidades da sociedade civil, como as ONGs, conforme previsto pelo desenho institucional, permite o alinhamento das expectativas sobre o papel que a organização deveria exercer, bem como o acompanhamento dos resultados alcançados.

No Brasil, a organização possui seu escritório localizado em Brasília e, desde 2020, tem como representante Anastasia Divinskaya. A atuação nacional é direcionada por três áreas de atuação, sendo elas: liderança e participação política, empoderamento econômico e prevenção da violência contra a mulher. Assim, as áreas elencam as prioridades a serem seguidas pelos projetos adotados no âmbito nacional (ONU Mulheres, 2023a).

Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa é compreender a dimensão de atuação da organização no país, considerando seu escopo de servir como um veículo para a discussão de pautas feministas por meio da construção de políticas públicas. O estudo questiona: qual é seu papel na implementação de projetos no Brasil, desde sua criação em 2010 até o ano de 2023?

Para alcançar o objetivo, buscou-se analisar a cooperação entre a organização e instituições nacionais da sociedade civil com ações direcionadas para as pautas de gênero, a

partir do mapeamento dos principais projetos e dos resultados alcançados. Por meio do método exploratório e do raciocínio dedutivo, a pesquisa interpreta e analisa o conteúdo dos materiais encontrados, a partir de fontes bibliográficas, como artigos científicos e teses, e documentais, disponibilizadas pela instituição examinada.

A base teórica que compõe o artigo fundamenta-se na literatura sobre organizações internacionais e seu impacto na produção de políticas públicas. Dentro desse quadro, foram utilizados conceitos do neoinstitucionalismo sobre a definição e o papel das instituições, e do campo das políticas públicas sobre a forma como estas exercem influência no cenário internacional.

Examinar a amplitude da ONU Mulheres no Brasil apresenta-se como um elemento fundamental para identificar os efeitos práticos das inferências da sociedade civil no âmbito das organizações intergovernamentais. Nesse sentido, a pesquisa contribui com o campo teórico do neoinstitucionalismo na medida em que estuda de que forma as organizações são moldadas pelos atores, e também o caminho inverso, como os atores são moldados por elas.

Com relação aos procedimentos metodológicos, a coleta de dados para a pesquisa partiu de uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL) em bases de dados eletrônicas com a busca por artigos científicos sobre a atuação da ONU Mulheres no Brasil. Os resultados demonstraram que existem poucos estudos acadêmicos relacionados ao objeto de pesquisa, tendo em vista que a maioria se refere à estrutura da organização de modo geral, sem a correlação com a promoção de políticas públicas no país, em articulação com instituições nacionais específicas.

Dada a falta de material acadêmico, partiu-se então para uma pesquisa empírica. O site oficial da instituição se mostrou de grande valia para a obtenção de informações sobre os projetos desenvolvidos, com certas limitações relacionadas à pouca atualização dos meios eletrônicos vinculados à instituição. Nesse sentido, foram encontrados poucos dados sobre os resultados dos projetos, estando as informações reduzidas a parcerias e objetivos pretendidos. Contatos diretos com membros da ONU Mulheres Brasil e instituições nacionais parceiras também sucederam em poucos achados. A ausência de conteúdo foi prejudicial na medida em que dificultou a identificação sobre a atuação efetiva da organização no Brasil, considerando que foram encontrados poucos dados relacionados à promoção de políticas públicas.

Desse modo, a relevância da pesquisa justifica-se pela pouca produção científica sobre a ONU Mulheres, e em especial sobre sua atuação no Brasil. Entender as lacunas deixadas na atuação de organizações internacionais ajuda a corrigir possíveis falhas que prejudiquem o alcance dos objetivos estabelecidos. Dentro desse contexto, a ONU Mulheres Brasil é posta

como um importante veículo de discussão e promoção de políticas públicas voltadas à pauta feminista. Em sua criação, a organização se propõe a ser um canal dentro do sistema ONU para a viabilização de projetos voltados para a questão de gênero. A pesquisa, no entanto, aponta que a organização não atinge seu potencial proposto no desenho institucional, considerando que os resultados, quando divulgados, ainda são incipientes.

Como será demonstrado, apesar da proeminência na produção e divulgação de dados relacionados à realidade brasileira, ainda há uma atuação embrionária na promoção de projetos e políticas públicas. Portanto, a partir da identificação de tais problemas, abrem-se os caminhos para a pesquisa de novas rotas de ação, em que a instituição alcance uma melhor performance na promoção da igualdade de gênero.

1. O PAPEL DA ONU MULHERES NA PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

As instituições são definidas como sistemas de regras, formais ou informais, e mecanismos de monitoramento e compliance, que definem o contexto em que os atores vão interagir. Dessa forma, possibilitam o entendimento de normas consideradas aceitáveis dentro dos limites sociais, as que devem e não devem ser praticadas, por meio de suas diretrizes. A definição refere-se à corrente teórica do neoinstitucionalismo, que dispõe sobre a influência das instituições na reprodução e manutenção da estrutura social vigente, a partir da classificação do que é socialmente aceitável ou desejado (Campbell, 2004).

Posto isso, as OIs são instituições formalizadas por três ou mais Estados nacionais soberanos, que podem ou não admitir a participação de atores privados ou entidades subnacionais. Possuem em sua constituição um aparato burocrático que tenciona um caráter permanente, a partir de elementos como orçamento e secretariado (Faria, 2018).

Tais instituições exercem influência significativa dentro do cenário internacional, tendo em vista sua capacidade de promover certa estabilidade dentro do sistema anárquico. As OIs emergem diante da convergência de expectativas comuns entre os atores. Nesse sentido, o estabelecimento de regras e princípios coletivos norteia o comportamento dos atores, a partir da criação de parâmetros sobre como agir, geralmente em torno de um problema compartilhado na comunidade internacional (Herz; Hofmann, 2004).

A área de atuação inicial das OIs é delimitada pelos Estados, considerando que estes têm o poder para moldar o sistema internacional. No entanto, as OIs também exercem poder dentro do sistema, tendo em vista que instituições possuem capacidade de agência ao

disseminarem valores e normas. Desse modo, tais organizações elaboram políticas e projetos próprios, moldando as preferências dos atores conforme sua visão de mundo. Essa habilidade é exercida por meio de mecanismos como expertise, legitimidade e recursos. Uma OI, portanto, possui autoridade dentro de sua área de atuação, e utiliza-se desse poder para promover sua agenda dentro do contexto internacional (Farrell; Finnemore, 2016).

A autoridade é proporcionada tanto pelas finalidades pretendidas quanto pelos meios empregados. OIs promovem valores compartilhados socialmente, como a proteção ao meio ambiente, direitos humanos e, no caso da ONU Mulheres, igualdade de gênero. Além disso, são vistas como dotadas de legitimidade, pois os processos utilizados tendem a ser racionais e imparciais. Dessa forma, em oposição aos Estados, não estariam perseguindo interesses egoístas, mas atuando em prol do bem coletivo (Barnett; Finnemore, 2012).

Esses fatores contribuem para que as OIs possuam autoridade em áreas específicas, garantindo autonomia para ação. A autonomia faz com que tais instituições desenvolvam sua própria cultura organizacional, de modo a estabelecer seus próprios meios de alcançar as missões atribuídas pelos Estados. Portanto, as OIs analisam e interpretam o mundo, criando parâmetros que orientam a ação (Barnett; Finnemore, 2012).

As organizações também podem dispor de recursos necessários para reforçar o cumprimento das regras estabelecidas. Sobre isso, Herz e Hofmann apontam que:

a coleta, a análise e a disseminação de informação são cruciais, além dos diferentes mecanismos de monitoramento dos Estados. Cria-se assim um ambiente propício à expectativa de reciprocidade, e o próprio autointeresse dos Estados pode levá-los a se comportar de acordo com normas e regras (2004, p. 15).

Desse modo, os Estados criam expectativas em torno dos modelos de comportamento fornecidos pelas OIs, que passam a ser incorporados na cultura internacional em termos do que se espera adequado. Assim, não apenas regulam, como também constroem o mundo ao exercer influência sobre identidades e interesses (Barnett; Finnemore, 2012).

Nesse sentido, aponta-se que as instituições impactam as políticas públicas na medida em que influenciam todo seu ciclo de produção. Por meio de sua capacidade de articulação em torno de objetivos comuns, as OIs movimentam atores de diversos âmbitos, como ONGs, empresas e ação estatal, em torno de suas causas (Faria, 2018). Dentro desse contexto, esta pesquisa foca em como a ONU Mulheres Brasil dialoga com a sociedade civil na formação de sua agenda de atuação no país, e como isso impacta na implementação dos projetos pela organização.

Conforme Campbell (2004), a adaptação de uma organização em um meio é inspirada por processos normativos, em que atores influentes compartilham visões similares sobre quais deveriam ser as práticas institucionais. Posto isso, no contexto desta pesquisa, os atores influentes seriam as organizações da sociedade civil, que direcionariam as políticas públicas e a agenda a ser seguida pela ONU Mulheres no Brasil. Cabe analisar, portanto, até que ponto essas políticas são executadas por intermédio da organização, ou se ficam apenas nas etapas do ciclo correspondentes à formulação de agenda e de alternativas. Por fim, por meio deste aparato teórico, a pesquisa busca identificar se a ONU Mulheres atua como orquestradora em torno da questão de gênero, ou se participa diretamente do processo de construção e implementação de políticas públicas.

1.2 A criação da ONU Mulheres e seu desenho institucional

A ONU Mulheres é uma instituição que foi criada oficialmente em 2010, a partir da fusão de quatro órgãos subsidiários preexistentes na ONU: *Office of the Special Adviser on Gender Issues and the Advancement of Women* (OSAGI), *United Nations Funds for Women* (UNIFEM), *Division for the Advancement of Women* (DAW) e *International Research and Training Institute for the Advancement of Women* (INSTRAW) (Charlesworth; Chinkin, 2013).

Os escritórios especializados prévios à instituição surgiram como fruto do avanço com relação aos movimentos sociais promovido pela Conferência de Pequim em 1995, destinada ao empoderamento feminino. O evento promoveu não só uma articulação mais robusta entre a sociedade civil, na figura das Organizações Não Governamentais (ONGs), mas também entre as ONGs e a ONU, possibilitando a construção de uma rede feminista que advogava por políticas públicas na comunidade internacional (Charlesworth; Chinkin, 2013).

Tais organismos atuavam com diversos objetivos tangentes à questão de gênero, como fundos para financiar projetos com base no que havia sido proposto pela Declaração de Pequim e em áreas mais específicas, como a inserção de mulheres no mercado de trabalho por meio da pesquisa e capacitação. No entanto, enfrentavam problemas relacionados ao baixo financiamento e à falta de membros. Além disso, pela existência de entidades específicas, as questões de gênero acabavam sendo deixadas de lado nos outros setores da ONU que possuíam mais recursos. Assim, o tema foi negligenciado durante anos, devido às poucas condições fornecidas aos escritórios que resultaram em baixa efetividade nas políticas públicas (Rao, 2006)

Diante da lenta evolução no assunto mesmo após uma década de Pequim, ONGs feministas começaram a pressionar a ONU, apontando os problemas e apresentando possíveis soluções. Nesse sentido, foi abordada a superficialidade com que a organização internacional lidava com as questões de gênero, com recursos mínimos e sem um mandato eficaz. Assim, foi levantada a criação de uma entidade específica para a temática, com o objetivo de garantir maior eficiência nas ações voltadas para os direitos das mulheres, por meio de medidas como a ampliação do orçamento e a disposição de uma estrutura burocrática mais detalhada. O órgão subsidiário possuiria em seu desenho institucional uma Liderança de Alto Nível, contando com elementos como um Subsecretário Geral, uma Diretoria Executiva e um Comitê de Alto Nível (Rao, 2006).

Dessa forma, a constituição de uma entidade específica para a promoção de políticas implica em uma tentativa por parte da ONU de atender às demandas e pressões exercidas pelos movimentos feministas para melhorar a abordagem dentro da instituição, caracterizando a mudança institucional. Como reflexo do processo constituinte, a ONU Mulheres atua em conjunto com diversas entidades como grupos da sociedade civil, empresas e governos, que auxiliam no atendimento das demandas locais e na difusão dos outputs promovidos pela instituição (Charlesworth; Chinkin, 2013).

2. A ATUAÇÃO DA ONU MULHERES NO BRASIL

2.1 Revisão sistemática de literatura

Pouco se estuda sobre a ONU Mulheres, e menos ainda a respeito de sua atuação específica no Brasil. Para iniciar esta pesquisa, partiu-se de uma RSL para mapear as fontes acadêmicas que relacionassem a ONU Mulheres com sua atuação no Brasil. Foram selecionadas duas plataformas de busca, sendo elas Scielo e Scopus. As palavras-chave utilizadas em todas foram “UN Women” AND “Brazil”, resultando em 5 artigos encontrados, evidenciando o pouco desenvolvimento do campo no âmbito acadêmico.

Tabela 1 – Procedimentos da RSL

Informações	Crítérios	Resultados
Termos buscados em palavras-chave e título	“UN Women” AND “Brazil”	4 documentos (Scopus)
		1 documento (Scielo)
Plataforma de busca	Scopus e Scielo	

Parâmetros de seleção	Artigos que abordem a atuação da ONU Mulheres no Brasil	
Critérios de exclusão	Artigos fora dos parâmetros de seleção	2 documentos
Data da busca	27/09/2023	
Seleção final		3 documentos

Fonte: Elaborado pela autora

Dentre os cinco artigos, dois foram excluídos, sendo utilizado como parâmetro de seleção resumos que abordassem diretamente a influência da ONU Mulheres na questão de gênero no Brasil, na forma de projetos, relatórios, e meios de atuação similares. Thomson e Whiting (2022) foi excluído por abordar a *UN's Women, Peace and Security agenda (WPS agenda)*, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) e não pertencente exclusivamente ao escopo da ONU Mulheres, sendo inclusive anterior à criação da instituição. Por sua vez, Júnior (2021) foi excluído por versar sobre um estudo de caso sobre uma música de uma artista moçambicana, em que a ONU Mulheres é mencionada como fonte de dados aplicados ao contexto desenvolvido durante o trabalho. Nesse sentido, também foge ao tema proposto pela presente pesquisa.

Já os demais artigos (vide Tabela 2) encontrados na base de dados foram incluídos na construção da pesquisa, pois abordam a organização internacional relacionada ao Brasil.

Tabela 2 – Artigos incluídos a partir da RSL

Autor (es)	Título	Ano de publicação	Tipo de Documento	Assunto
Guimarães N.A.	Substantive equality and new challenges in gender relations in work;	2016	Artigo	Dificuldades para atingir a igualdade substantiva a partir da observação das relações de gênero no trabalho
Alves J.E.D.	The challenges of gender equality in the	2016	Artigo	Relações de gênero no Brasil nos últimos 70

	twenty-first century;			anos, atuação da ONU e as conferências promovidas
Fonseca Rosenblatt F.; de Mello M.M.P.; Salazar L'Armée Queiroga de Medeiros C.	Secondary victimisation, procedural injustices, and machismo: the experiences of women who access Brazil's not-so-specialised domestic violence courts	2023	Artigo	Legislação brasileira sobre violência doméstica e as dificuldades enfrentadas em sua aplicação

Fonte: Elaborado pela autora.

Guimarães (2016) utiliza o termo “igualdade substantiva” para destrinchar as relações de gênero no trabalho, em consonância com o relatório *Progress of the World's Women 2015-2016*, publicado pela ONU Mulheres em 2015. O documento aborda a igualdade substantiva como aquela que apresenta resultados equitativos, integrando economia, cultura e política. O artigo utiliza o embasamento teórico e metodológico proposto pelo relatório aplicado ao caso brasileiro, utilizando os exemplos citados pela OI para apresentar novas perspectivas para a agenda política e econômica do Brasil.

Por sua vez, Alves (2016) recorre ao mesmo relatório para apresentar os avanços e limitações nos direitos das mulheres nos últimos 70 anos. O artigo menciona os dados e recomendações postos pela ONU Mulheres, com destaque para o direcionamento das políticas públicas a serem promovidas na questão de gênero (Alves, 2016).

Por fim, no terceiro artigo, Rosenblatt, Mello e Medeiros (2023) novamente utilizam a ONU Mulheres como uma referência na produção de informações sobre os direitos das mulheres. O artigo apresenta as falhas na aplicação da Lei Maria da Penha, aplicando como parâmetro o relatório *Progress of the World's Women 2019-2020*, que traz diversas críticas a aspectos como a falta de coordenação dos entes envolvidos e a falta de treinamento das pessoas que trabalham com os casos de violência contra a mulher.

Dessa forma, em todos os artigos acadêmicos encontrados, a ONU Mulheres aparece enquanto fonte de informações, ao utilizarem relatórios e dados produzidos pela instituição, aplicados em casos voltados para o Brasil. Nenhum artigo apresentou informações adicionais sobre a atuação da OI no cenário nacional. Nesse sentido, reitera-se a falta de informações

sobre os projetos e caminhos percorridos para além da função de produção, sistematização e divulgação de informações relacionadas à questão de gênero e aos direitos das mulheres. Partiu-se então para a pesquisa sobre os projetos e diretamente no site da organização no país.

2.2 Principais projetos em parceria com instituições nacionais

Por meio da pesquisa no site da organização, buscou-se encontrar as principais conexões com a sociedade civil. Descobriu-se que as parcerias mais robustas se dão por intermédio de ONGs brasileiras que desenvolvem projetos relacionados às questões de gênero. Sendo assim, a ONU Mulheres busca dialogar com tais instituições, que atuam como um canal para o desenvolvimento de políticas conforme a realidade nacional, a fim de atender a interseccionalidade inerente aos diferentes grupos de mulheres existentes no país (ONU Mulheres, 2023b).

No site, foram encontradas as principais ONGs parceiras, responsáveis pela condução dos projetos patrocinados e associados à ONU Mulheres, sendo algumas delas: Fundo Elas, Empodera, Instituto Patrícia Galvão, Women Win, Odara e Criola (ONU Mulheres, 2023b). A partir das informações coletadas, foi feita a pesquisa no site de tais instituições, com o intuito de investigar as áreas de atuação, focando em quais seriam os projetos desenvolvidos em conexão com o órgão, de maneira a entender de que forma se daria essa ligação e se os resultados alcançados estariam conforme os princípios iniciais pretendidos. Assim, cabe fazer um resumo sobre os dados alcançados, com uma breve descrição sobre as ONGs citadas.

O Fundo ELAS é um fundo independente dedicado a apoiar iniciativas relacionadas às mulheres, com o intuito de “promover e a fortalecer o protagonismo das mulheres mobilizando e investindo recursos em suas iniciativas” (Fundo ELAS, 2023, *online*). Em conjunto com a ONU Mulheres, a ONG lança e apoia editais com o intuito de financiar projetos realizados por empresas e institutos com atuação local e focalizada em áreas e regiões específicas. Como exemplo, é possível identificar o Edital Empodera, projeto criado em 2016 e assinado pelo Instituto Lojas Renner, Fundo ELAS e ONU Mulheres, que tem como objetivo levar a emancipação financeira, geração de renda e a conquista de espaço no mercado de trabalho na cadeia produtiva envolvida na indústria têxtil (Fundo ELAS, 2022).

A ONG Empodera emprega o esporte como ferramenta para mudança social, utilizando o viés educacional para promover o empoderamento feminino por meio da redução de estereótipos, violências e desigualdade de gênero. Com a ONU Mulheres, foi localizado o programa Uma Vitória Leva à Outra (UVLO), realizado em parceria com o Comitê Olímpico Internacional e outras ONGs brasileiras. O programa é responsável pelo treinamento de

organizações esportivas para trabalhar com o empoderamento feminino por meio do esporte, com o intuito de quebrar o ciclo de violência na área (Empodera, 2023).

O Instituto Patrícia Galvão tem como missão ampliar o debate público sobre questões que afetam a efetivação dos direitos das mulheres no Brasil. Assim, a ONG utiliza recursos midiáticos para promover a defesa de tais direitos, como a produção de conteúdos, realização de pesquisas de opinião, divulgação de notícias, além de dar maior amplitude para a cobertura jornalística voltada para a temática (Agência Patrícia Galvão, 2023). A ONU Mulheres apoia o Instituto por meio da promoção de debates em conjunto e da parceria no lançamento de conteúdos, como a plataforma digital “Violência contra mulheres em dados”, realizada em 2018 (ONU Mulheres, 2018).

O levantamento sobre a estrutura e atuação das ONGs levou a questionamentos sobre qual seria a área da ONU Mulheres em contato direto com tais instituições, no sentido de quais setores específicos estariam lidando com o desenvolvimento dos projetos. A partir de tal proposta, buscou-se no site da instituição uma lista com todos os projetos e ONGs apoiadas, a fim de ampliar o leque que previamente estava restrito às poucas ONGs citadas no site. Não foi encontrada nenhuma lista com todas as informações desejadas, no entanto, foi possível chegar a um folder publicado em 2016², contendo projetos desenvolvidos em todas as áreas temáticas da instituição e citando diversas parcerias com empresas, ONGs e setores públicos (ONU Mulheres Brasil, 2016).

2.3 Empoderamento econômico: área com maior destaque em 2016

Dessa forma, a pesquisa se direcionou para o exame do folder como fonte de referências sobre a atuação efetiva da ONU Mulheres no Brasil. A orientação dada foi para montar um documento com as informações coletadas para depois entrar em contato com as instituições e com a própria instituição, para conseguir maior aprofundamento sobre os projetos em questão. Nesse sentido, o estudo propôs-se a entender qual das três áreas temáticas principais trabalhadas no Brasil³ seria o foco da organização, quais temas estariam relacionados a ela e se haveria projetos em execução fora da listagem do folder.

A sistematização de informações sobre as atividades desenvolvidas e parcerias realizadas permitiria a conexão entre os projetos e as áreas temáticas. Assim, o mapeamento

² https://issuu.com/onumulheresbrasil/docs/folder_onumulheres

³ Apesar de a ONU Mulheres contar com nove áreas de atuação, a organização no Brasil é voltada para três principais: Empoderamento Econômico, Liderança e Participação Política, e Fim da Violência contra as Mulheres. As três áreas contam com o maior número de projetos desenvolvidos, maior destaque nos meios eletrônicos vinculados à instituição e canais de comunicação próprios.

da área em destaque seria importante no sentido de definir projetos específicos sobre os quais a pesquisa pudesse se debruçar. Após o processo, a intenção seria focar na área temática considerada a principal, aprofundando o estudo nos projetos vinculados a ela por meio da comunicação com as instituições envolvidas.

A partir de tais proposições, foi feita a categorização de acordo com as três áreas temáticas principais, contendo todas as atividades desenvolvidas relatadas pelo folder e a quais organizações parceiras estariam relacionadas. De acordo com sua esfera, foram divididas em estudo, parceria com o setor privado por meio das cadeias de valor e projeto, conforme a classificação feita pelo folder. A divisão por classes permite identificar a abrangência das iniciativas.

Os estudos são feitos em conjunto com instituições especializadas e resultam em publicações com o intuito de produzir e sistematizar informações relacionadas às áreas temáticas da ONU Mulheres. As parcerias com o setor privado por meio das cadeias de valor buscam aliar a instituição à iniciativa privada, com a capacitação e o assessoramento, objetivando transformar a cultura empresarial e promover o empoderamento das mulheres. Por fim, os projetos possuem um caráter maior de implementação de propostas, a partir de um plano de ação com justificativas e ideias para a solução de problemas.

Conforme os dados encontrados no folder (ONU Mulheres Brasil, 2016), referentes a 2016, a área de Empoderamento Econômico possuía treze atividades citadas, em todas as categorias apontadas acima. A área de Prevenção e Eliminação da Violência contra as Mulheres contava com várias iniciativas como o apoio da ONU Mulheres à legislação em vigor no Brasil, porém, poucas delas eram projetos desenvolvidos de fato, sendo estes apenas cinco.

Por fim, a área de Liderança e Participação Política foi atribuída em grande parte ao apoio da organização aos movimentos feministas da sociedade civil de forma interseccional. Foram citadas apenas duas atividades efetuadas com a participação da ONU Mulheres. Dessa maneira, foi concluído que a área de Empoderamento Econômico seria a de maior ênfase dentro da instituição, tanto pelo número de iniciativas quanto pela diversidade de categorias contempladas (ONU Mulheres Brasil, 2016).

Com as informações obtidas, a área de empoderamento econômico passou a ser, então, a orientação da pesquisa. Decidiu-se que o enfoque seria na categoria de projetos desenvolvidos na área, considerando que a atuação seria mais abrangente, por meio do contato direto com setores da sociedade que permitiria a criação de políticas públicas. O objetivo nesta etapa foi encontrar dados sobre os projetos listados, as principais ações desenvolvidas e

os resultados alcançados, além de almejar entender qual foi a participação da ONU Mulheres nesse processo.

Assim, o estudo voltou-se para os quatro projetos encontrados: 1) “Trabalhadoras Domésticas - Construindo a Igualdade de Gênero” – em parceria com a ONG Themis e o Fundo ELAS-, possuía o objetivo de promover capacitação para trabalhadoras domésticas atingidas pela precarização do trabalho; 2) “Participação de homens e mulheres nos programas de transferência de renda condicionada” – em colaboração com o Instituto Promundo e o Instituto Papai –, que desenvolveu ações no sentido de transformar a base social por meio do empoderamento econômico e da igualdade de gênero; 3) “Donas da Rua”- em parceria com a empresa Maurício de Sousa Produções-, que visava promover o empoderamento de meninas; 4) e “Edital Empodera”, já citado anteriormente neste trabalho (ONU Mulheres, 2016).

2.4 Dificuldades de acesso à informação

Partiu-se então para pesquisas nos sites das instituições e do órgão, a fim de coletar mais informações além das dispostas no folder, por meio de relatórios e referências similares. A busca não trouxe resultados satisfatórios, retomando os mesmos questionamentos colocados previamente. Nesse sentido, por meio do endereço eletrônico, foi feito o contato direto com as organizações parceiras e com a ONU Mulheres, com carta de apresentação da pesquisa e um roteiro com perguntas específicas e direcionadas sobre os projetos, no intuito de receber algum direcionamento sobre os dados referidos, ou onde encontrar tais informações.

Apenas o Instituto Papai, responsável pelo projeto “Participação de homens e mulheres nos programas de transferência de renda condicionada” retornou o contato, com o fornecimento de dois documentos referentes às atividades desenvolvidas.

O primeiro foi a “Cartilha dividindo cuidados: igualdade entre mulheres e homens no programa bolsa família” (Instituto Papai; Instituto Promundo; ONU Mulheres, 2016a), que aborda temas como a divisão do trabalho e violência doméstica. A cartilha fornece orientações sobre como agir em situações de violência e busca desconstruir mitos sobre a igualdade de gênero, dando ênfase nas relações entre homens e mulheres como uma forma de reduzir a vulnerabilidade de um grupo social que já enfrenta desigualdades socioeconômicas.

O segundo documento foi o “Caderno de Ferramentas: promoção da equidade de gênero em programas de transferência de renda” (Instituto Papai; Instituto Promundo; ONU Mulheres, 2016b), que apresentava atividades em grupo e planos de ação a serem executadas durante o projeto, direcionado a profissionais e lideranças comunitárias.

A partir das informações dos documentos, apreendeu-se que tal projeto foi financiado pelo Fundo para a Igualdade de Gênero (FIG), um mecanismo da ONU Mulheres destinado ao empoderamento econômico. Foi desenvolvido pelo Instituto Promundo e pelo Instituto Papai, com o apoio da OI, e implementado nos estados de Pernambuco e Rio de Janeiro. As ações propostas pelos arquivos desenvolvidos tencionam contribuir para a equidade de gênero no âmbito dos programas de transferência de renda condicionada, como o Bolsa Família, tendo em vista que 93% dos beneficiários são mulheres e 68% são mulheres negras (Instituto Papai; Instituto Promundo; ONU Mulheres, 2016b). Assim, a promoção de reflexões sobre os padrões de gênero intrínsecos na sociedade propiciaria a redução de uma cadeia de desigualdades, iniciada pela ação a nível local.

Apesar dos dados relevantes apresentados com relação aos planos de execução e atividades a serem desenvolvidas pelo projeto, os arquivos não apresentavam informações sobre os resultados alcançados, ou sobre locais atingidos por ações efetivamente realizadas. Nesse sentido, tentou-se contato novamente com os demais institutos envolvidos, a fim de alcançar relatórios ou documentos que apresentassem dados sobre as etapas finais, considerando que os oferecidos abordavam apenas os estágios iniciais idealizados. O contato não trouxe retorno, sendo assim, a lacuna sobre os resultados dos projetos desenvolvidos pela ONU Mulheres permaneceu em aberto.

Além disso, aponta-se para o questionamento sobre a real participação da ONU Mulheres dentro do projeto para além do financiamento por meio do FIG. Durante os documentos analisados, há menções a campanhas, estudos e publicações elaborados pela organização, porém, para além de fornecer uma base teórica, não há menções a como a instituição teria participado do projeto. Portanto, cabe discutir se a ONU Mulheres atua dentro dos projetos apoiados, ou apenas serve como um carimbo de legitimidade de uma instituição internacional, fornecedora de recursos para iniciativas lideradas e executadas integralmente pelos institutos parceiros.

Tentou-se o contato com a organização, por meio do endereço eletrônico, porém, novamente sem retorno. Após o impasse, buscou-se a comunicação via LinkedIn com pessoas vinculadas à OI, fazendo uso da carta de apresentação da pesquisa apresentando as dificuldades de coletar informação. As poucas respostas obtidas apontavam para o e-mail da ONU Mulheres como canal oficial de contato com a instituição, reiterando o esgotamento de fontes em que a pesquisa se encontrava.

Diante do exposto, é relevante destacar aqui a tese escrita pela Prof^a. Dra. Janaiky Almeida, obtida em meio às tentativas de encontrar obras acadêmicas relacionadas à

articulação entre a ONU Mulheres e ONGs brasileiras. Apesar de não se vincular diretamente com o objeto de pesquisa aqui apresentado, o trabalho apresenta dilemas similares aos enfrentados durante o presente estudo.

A autora relata que em uma das fases de sua pesquisa, havia a intenção de realizar entrevistas via e-mail com o objetivo de “conhecer o processo de construção das propostas de desenvolvimento econômico para as mulheres, no âmbito do trabalho, a partir da participação das mulheres feministas” (Almeida, 2017, p. 42). Para isso, foi enviado um roteiro de entrevista para o endereço eletrônico da ONU Mulheres no Brasil, que não alcançou respostas ao questionário proposto.

A ausência das entrevistas fez com que Almeida (2017) redirecionasse a pesquisa, dado que um dos objetivos iniciais seria justamente o entendimento do processo de construção das iniciativas apoiadas pela instituição, em conjunto com movimentos feministas e a sociedade civil (Almeida, 2017).

Da mesma forma, na pesquisa aqui desenvolvida, a falta de retorno da OI tornou um dos objetivos propostos inicialmente inviável, que seria entender em que medida a ONU Mulheres participa efetivamente dos projetos realizados em conjunto com as ONGs, e não somente como base teórica ou fonte de informação.

Optou-se por seguir a pesquisa pelo sistema ONU, partindo do pressuposto de que, apesar de existir um órgão específico direcionado para a questão de gênero, as políticas públicas promovidas no plano geral ainda são muito fragmentadas. Nesse sentido, em decorrência do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) abrigar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) enquanto *locus* institucional, considerou-se que, em alguma medida, a atuação da ONU Mulheres poderia ser observada em conjunto, ou a partir do PNUD, tendo em vista o alinhamento dos órgãos visando o cumprimento do ODS 5, que versa sobre Igualdade de Gênero. A pesquisa, então, buscou entender como o PNUD estaria ligado à ONU Mulheres, por meio da apuração sobre a ação conjunta a nível nacional.

2.5 Atuação junto ao PNUD

O PNUD é um organismo da ONU que possui como norteador a promoção do desenvolvimento e a erradicação da pobreza ao redor do mundo. O Programa atua em cerca de 170 países, desenvolvendo iniciativas pensadas a nível nacional e local com o objetivo de alcançar o desenvolvimento humano e os ODS (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2023).

No Brasil, a atuação do PNUD é guiada por elementos como o apoio à implementação da Agenda 2030; difusão de novas parcerias com esfera pública, sociedade civil, setor privado e universidades; e cooperação com outros componentes da ONU no país. Nesse sentido, nota-se que o PNUD possui certa tendência para o alinhamento do planejamento com a ONU Mulheres, tendo em vista que busca atuar sobre os ODS, sendo um deles relacionado à igualdade de gênero, além de realizar parcerias com outros organismos da ONU tangentes aos temas.

Assim, por meio de pesquisas realizadas no site oficial do PNUD, foi possível concluir que este possui vários projetos relacionados à questão de gênero. É interessante destacar que, pelo que foi verificado, o Programa possui uma participação ativa em grande parte das iniciativas desenvolvidas, ao realizar o contato direto com instituições públicas e privadas, e componentes da sociedade civil. Além disso, nota-se que as ações vinculadas à organização possuem um caráter maior de promoção de políticas públicas, não ficando restritas à produção, sistematização e divulgação de informações.

A partir das informações iniciais coletadas, buscou-se avaliar a atuação conjunta entre as entidades. Foram realizadas pesquisas nos sites de ambas as instituições e em bases de dados eletrônicas, a fim de entender se, e como, a ONU Mulheres se entrelaça com o PNUD. O site do Programa levou a publicações, relatórios e eventos virtuais realizados com a ONU Mulheres.

Entretanto, dentre os projetos elencados na aba do ODS 5, sobre igualdade de gênero, nenhum era promovido em parceria com a ONU Mulheres. Nos sites das instituições, foi possível encontrar alguns projetos desenvolvidos em conjunto, sendo escolhidos três deles para a análise. O objetivo no aprofundamento dos projetos era verificar se estes possuíam políticas implementadas de fato, ou se encaixavam mais no âmbito analítico, com a produção de relatórios e sistematização de dados já existentes.

O primeiro projeto é o “Rastreador Global de Resposta à COVID-19 com viés de gênero”, que buscava monitorar as medidas governamentais adotadas em 226 países e territórios, utilizando duas métricas: participação feminina na linha de frente contra a COVID-19 e políticas nacionais adotadas pelos governos em três áreas específicas, sendo elas combate à violência, apoio aos cuidados não remunerados e reforço à segurança econômica (United Nations Development Programme, 2022). O rastreador foi atualizado de 2020 até novembro de 2021, sendo o relatório final publicado em 2022. Por meio do documento, o projeto buscou compartilhar boas práticas e o monitoramento do progresso das políticas adotadas.

No entanto, aponta-se que, no final das contas, o relatório faz apenas recomendações, sem a intenção de promover políticas públicas orientadas pela ONU Mulheres e pelo PNUD. São destacados exemplos positivos nas medidas governamentais, de forma a incentivar a comunidade internacional, tal qual são indicadas questões a serem melhoradas globalmente como o apoio a movimentos feministas e investimentos em serviços públicos. O relatório traz, ainda, os benefícios de se incorporar a perspectiva de gênero nas respostas governamentais, abordando casos de sucesso entre os países que já seguem esse viés. Portanto, o projeto é enquadrado como sistematização e divulgação de informações para fins analíticos, por não se propor a implementar iniciativas de fato.

O segundo projeto é o “Manual Grupo Refletir”, uma colaboração do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) e da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF), em parceria com a ONU Mulheres e o PNUD. O trabalho busca divulgar experiências de sucesso na prevenção à violência de gênero, resultado do trabalho com profissionais da segurança pública que já foram autores de violência contra a mulher.

A publicação é fruto da parceria entre SSP-DF e o PNUD, que desenvolveu atividades entre 2018 e 2020, focando na prevenção da violência de gênero e na produção de conteúdos, como cursos de formação, relacionados à Lei Maria da Penha. Nesse sentido, o PNUD coloca que “Os cadernos lançados são propositivos para que possamos compreender de que forma os homens autores de violência podem se tornar agentes de transformação social no enfrentamento à violência de gênero” (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2020, *online*).

Contudo, as fontes analisadas não citam de que forma a ONU Mulheres contribuiu para o projeto, para além de mencionar a parceria. Durante o Manual, a instituição é citada como fonte de dados, com publicações, pesquisas e relatórios referenciados. Em conclusão, ainda que o projeto promova políticas públicas, estas são implementadas apenas pelo PNUD, sendo a parceria com a ONU Mulheres restrita à publicação do Manual, e podendo levantar questionamentos até mesmo nesse ponto sobre de que forma a colaboração foi realizada (Distrito Federal, 2020).

Por sua vez, o terceiro projeto é um mecanismo relacionado à participação política feminina na região da América Latina e no Caribe, chamado “ATENEA: Por uma democracia 50/50”. Desenvolvido por ONU Mulheres, PNUD e pelo Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (IDEA Internacional), a iniciativa calcula o Índice de Paridade Política (IPP) a partir da análise de 40 indicadores, para então fazer recomendações e

traçar estratégias de ação conjunta com o intuito de igualar a participação política das mulheres nas democracias.

Conforme relatório publicado em 2020, “Sua implementação implica o desenvolvimento de quatro estratégias específicas e inter-relacionadas, chamadas de “pilares” do mecanismo. São eles: informação, análise, comunicação e ação” (IDEA Internacional; ONU Mulheres; PNUD, 2020, *online*). Nesse sentido, para além da sistematização de informações, o relatório traz a análise do caso brasileiro e propõe recomendações com base na realidade local, fundamentando-se nos desafios e problemas identificados durante o processo. Para isso, são apresentadas sugestões nas várias dimensões abordadas, como o sistema de cotas e a questão da paridade dentro dos partidos políticos, a fim de que se torne possível produzir avanços em todas.

Nota-se que o intuito do projeto seria produzir relatórios periódicos com dados atualizados sobre o andamento da temática abordada. Portanto, o primeiro e único relatório do ATENEA Brasil não traz informações sobre resultados sobre o último pilar do mecanismo, que seria a etapa de ação a partir do desenvolvimento de estratégias em colaboração com atores nacionais. Os entes envolvidos não divulgaram nenhum relatório sobre o caso brasileiro depois de 2020, sendo levantada a hipótese de que a pandemia dificultou o processo de implementação das propostas.

Diante do exposto, o ATENEA firma-se enquanto o único projeto dentre os analisados que traz em seu cerne a implantação de políticas públicas promovidas, ainda que em parte, pela ONU Mulheres. Mesmo que os percalços no caminho possam ter dificultado a conclusão e a divulgação dos resultados, o projeto é um exemplo do potencial da ONU Mulheres para produzir e implementar iniciativas visando a construção de políticas públicas em parceria com diversos atores, como o PNUD e a sociedade civil. Além disso, o ATENEA tornou-se referência como fonte de dados sobre a igualdade de gênero na política brasileira, tendo em vista a complexidade do mecanismo e a abrangência das dimensões abordadas.

Na Tabela 2, é possível visualizar as linhas gerais de cada projeto, e a avaliação feita em relação ao caráter analítico ou de atuação direta na promoção de políticas públicas.

Tabela 3 – Atuação conjunta entre ONU Mulheres e PNUD

Projeto	Atores envolvidos	Objetivos	Avaliação
<i>Rastreador global de resposta à COVID-19 com viés</i>	ONU Mulheres; PNUD.	Compartilhar boas práticas entre a	Caráter recomendatório, sem

<i>de gênero</i>		comunidade internacional	a promoção de políticas públicas
<i>Manual Grupo Refletir</i>	ONU Mulheres; PNUD; SSP-DF; TJDFT.	Divulgar experiências de sucesso na prevenção à violência de gênero	Parceria com a ONU Mulheres restrita a fonte de dados e publicações em conjunto
<i>ATENEA: Por uma democracia 50/50</i>	ONU Mulheres. PNUD; IDEA Internacional.	Fazer recomendações e traçar estratégias de ação conjunta objetivando a participação política feminina	Intuito de promoção de políticas públicas em colaboração com atores nacionais

Fonte: Elaborado pela autora.

Dessa forma, verificou-se que a atuação da ONU Mulheres ao lado do PNUD evidencia fragilidades e a fragmentação do próprio sistema ONU ao lidar com as questões de gênero. A hipótese levantada é a de que o Programa recebe mais recursos, portanto, é capaz de gerir mais projetos e maior estrutura burocrática e institucional para atingir seus objetivos. Tal afirmação é corroborada na medida em que as parcerias firmadas pelo PNUD possuem caráter mais ativo, em que a instituição participa efetivamente na construção e implementação dos projetos. Enquanto isso, o que se observa no caso da ONU Mulheres é que, na maioria das iniciativas apoiadas, a OI atua fornecendo legitimidade por meio do carimbo de uma organização internacional, ou apenas financiando projetos que são conduzidos por entidades autônomas.

Por meio da pesquisa sobre a ação conjunta dos organismos, buscou-se entender se, ao lado do PNUD, tal posicionamento mudaria. A conclusão alcançada foi a de que a ONU Mulheres permanece com um grande destaque na produção, sistematização e divulgação de informações, por meio de relatórios e publicações. Por sua vez, a difusão de políticas públicas continua relegada a um segundo plano, seja por questões financeiras ou pelas prioridades pautadas na agenda, evidenciando um problema de ação direta da OI.

CONCLUSÃO

Durante a pesquisa, alguns pressupostos delineados inicialmente foram contestados conforme a evolução dos estudos realizados. A conclusão obtida foi a de que a ONU Mulheres é uma importante organização internacional no contexto brasileiro, no âmbito da produção de informações e conteúdo sobre a questão de gênero no país, dentro das diversas áreas temáticas contidas em seu âmago. Porém, a atuação direta relacionada ao envolvimento da instituição na promoção de políticas públicas a partir de projetos ainda é muito incipiente.

Foi constatado que existem poucos projetos em que a OI possui alguma participação na difusão de tais políticas, e os que foram encontrados revelam grande dificuldade na divulgação de informações sobre a participação da própria instituição. A falta de resposta nas tentativas de contato e a pouca disseminação dos resultados obtidos coloca em pauta o alcance das ações realizadas pela instituição. Assim, é questionado se a instituição atua mais como um selo da ONU para alavancar projetos tangentes à questão de gênero, sem real participação ativa do órgão.

Por outro lado, verifica-se, por sua vez, que o PNUD possui projetos aparentemente de maior destaque e que exercem influência mais significativa nos níveis nacional e local, até mesmo em áreas que deviam ser concernentes à ONU Mulheres. A hipótese levantada, ainda a ser testada, é de que a atuação embrionária da ONU Mulheres se daria pelo baixo orçamento, dado que o PNUD recebe mais recursos, e garante assim maior visibilidade e capacidade de atuação.

Portanto, nota-se que a ONU Mulheres não alcança o potencial proposto em sua criação, de ser uma instituição específica dentro da ONU com ações eficientes e direcionadas para os direitos das mulheres, precisando se apoiar em outros órgãos do sistema que também abordam tais questões, como o PNUD.

Assim, a ONU Mulheres Brasil configura seu papel no cenário nacional muito mais como orquestradora em torno da questão de gênero, do que de fato participante ativa no processo de construção e implementação de políticas públicas. Aponta-se, ainda, que a dificuldade para encontrar dados nos canais oficiais da instituição é um entrave à divulgação de sua atuação no país.

Diante disso, propõe-se que a organização indique de forma clara em seus canais oficiais de divulgação, como o site, de que maneira tem contribuído em todos os projetos apoiados. Ademais, é necessário que haja maior atenção para os canais oficiais de

comunicação, tendo em vista que, nas tentativas de contato feitas por endereço eletrônico, não houve retorno.

Dessa forma, é possível que o público geral consiga ter acesso à participação integral da ONU Mulheres nos projetos que promovem a igualdade de gênero em território brasileiro, constatando seus desafios, resultados e mecanismos de ação. A transparência ratifica a legitimidade e a autoridade concedida a uma organização, retomando a ideia de que os propósitos atendidos são em busca do bem coletivo, nesse caso, das mulheres.

Além disso, a divulgação da atuação de maneira nítida possibilita o maior contato com outros setores sociais. Assim, é facilitado o diálogo com organizações da sociedade civil, por exemplo, impulsionando a articulação da OI em torno da questão de gênero com outras instituições, possibilitando o alcance mais abrangente.

É fato que a ONU Mulheres tem se feito presente na luta por igualdade de gênero dentro do Brasil. Porém, de que forma a contribuição tem sido feita? Sendo assim, por meio de divulgação e comunicação mais acessíveis, é possível que a questão seja melhor esclarecida, facilitando o entendimento sobre a importância do fortalecimento da organização no Brasil, como um significativo veículo de discussão e promoção de políticas públicas voltadas à pauta feminista.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. Sobre o Instituto Patrícia Galvão. 2023. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/sobre-o-instituto/>. Acesso em: 25 mai. 2023.
- ALMEIDA, J. P. Organismos Internacionais e enfrentamento à precarização do trabalho das mulheres na América Latina. 2017. 262 f., il. Tese (Doutorado em Política Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/23974>. Acesso em: 16 jun. 2023.
- ALVES, J. E. D. Desafios da equidade de gênero no século XXI. *Revista Estudos Feministas* 24, no. 2, 2016, p. 629-638. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/rkcC3bGTRQv5Lz59HJy6HRG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 abr. 2024.
- BARNETT, M; FINNEMORE, M. *Rules for the World*. Cornell University Press. New York, 2012.
- CAMPBELL, J. L. *Institutional Change and Globalization*. New Jersey: Princeton University Press, 2004.
- CHARLESWORTH, H.; CHINKIN, C. The creation of UN Women. Canberra: LSE Research Online, 2013. Disponível em: https://eprints.lse.ac.uk/53605/1/_libfile_repository_Content_Chinkin,%20C_Creation%20UN%20Women_Chinkin_Creation%20UN%20Women_2013.pdf. Acesso em: 18 mar. 2024.
- DISTRITO FEDERAL. Manual Grupo Refletir. Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. 2020. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/cidadania/nucleo-judiciario-da-mulher/documentos-e-links/arquivos/livro-eletronico-manual-grupo-refletir.pdf>. Acesso em: 04 set. 2023.
- EMPODERA. Uma Vitória Leva à Outra: meninas empoderadas pelo esporte. Disponível em: <https://www.umavitorialevaaoutra.org.br/>. Acesso em: 22 mai. 2023.
- FARIA, C. A. P. *Políticas Públicas e Relações Internacionais*. Brasília: Enap, 2018.
- FARRELL, H; FINNEMORE, M. Global Institutions without a Global State. In: FIORETOS, O; FALLETI, T. G; SHEINGATE, A. *The Oxford Handbook of Historical Institutionalism*. New York: Oxford University Press, 2016. p. 699-720.
- FUNDO ELAS. Edital Empodera: Moda Transformando Vidas. 2022. Disponível em: <http://fundosocialelas.org/empodera/uploads/edital-empodera.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2023.
- FUNDO ELAS. Institucional. 2023. Disponível em: <http://www.fundosocialelas.org/institucional.asp>. Acesso em: 22 mai. 2023.
- GUIMARÃES, N. A. A igualdade substantiva e os novos desafios nas relações de gênero no trabalho. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, 24, no. 2, 2016, p. 639-643.

HERZ, M; HOFMANN, A. Organizações Internacionais: história e práticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

IDEA INTERNACIONAL; ONU MULHERES; PNUD. ATENEA: Por uma democracia 50/50. 2020. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/09/ATENEA_Brasil_FINAL23Sep.pdf. Acesso em: 19 jun. 2023.

INSTITUTO PAPAI; INSTITUTO PROMUNDO; ONU MULHERES. Cartilha dividindo cuidados – igualdade entre homens e mulheres no programa Bolsa Família. 2016a. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1MnmK7pntPbcfGtJQSZrnNg7WWckB9ego/view>. Acesso em: 04 set. 2023.

INSTITUTO PAPAI; INSTITUTO PROMUNDO; ONU MULHERES. Caderno de Ferramentas – promoção da equidade de gênero em programas de transferência de renda. 2016b. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1DEUSI7l2h94i8BMDTc0OwRqg0BQ_rDpP/view. Acesso em: 04 set. 2023.

JÚNIOR, F. C. G. M. A mulher heroína em combate ao patriarcado em Moçambique. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 29, n. 2, mai.-ago., 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mwqwpn8MWy9Q97x6DKhngn/?lang=pt>. Acesso em: 23 abr. 2024.

ONU MULHERES. Com apoio da ONU Mulheres, Instituto Patrícia Galvão e Instituto Avon lançam plataforma digital “Violência contra mulheres em dados”. 2018. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/com-apoio-da-onu-mulheres-instituto-patricia-galvao-e-instituto-avon-lancam-plataforma-digital-violencia-contras-mulheres-em-dados/>. Acesso em: 25 mai. 2023.

ONU MULHERES. Por um planeta 50-50 em 2030: um passo decisivo pela igualdade de gênero. 2016. Disponível em: https://issuu.com/onumulheresbrasil/docs/folder_onumulheres. Acesso em: 15 jun. 2023.

ONU MULHERES. Sobre a ONU Mulheres. 2023a. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>. Acesso em: 24 abr. 2023.

ONU MULHERES. Sociedade civil. 2023b. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/referencias/sociedade-civil/>. Acesso em: 22 mai. 2023.

ONU MULHERES BRASIL. Folder da ONU Mulheres Brasil. 2016. Disponível em: https://issuu.com/onumulheresbrasil/docs/folder_onumulheres. Acesso em: 01 set. 2023.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Experiências exitosas de combate à violência de gênero são tema de publicação lançada por TJDF, SSP-DF, ONU Mulheres e PNUD. 2020. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/news/experi%C3%A2ncias-exitosas-de-combate-%C3%A0-viol%C3%A2ncia-de-g%C3%AAnero-s%C3%A3o-tema-de-publica%C3%A7%C3%A3o-lan%C3%A7ada-por-tjdf-ssp-df-onu-mulheres-e-pnud>. Acesso em: 19 jun. 2023.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Quem somos. 2023. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/pnud-no-brasil>. Acesso em: 04 ago. 2023.

RAO, A. Gender Equality Architecture and UN Reforms: For submission to the UN Secretary-General's High Level Panel on System-wide Coherence by the Center for Women's Global Leadership (CWGL) and the Women's Environment and Development Organization (WEDO). Women's Environment and Development Organization, 2006. Disponível em: <https://wedo.org/wp-content/uploads/2006/08/unreform-to-sg-cwglwedooct-21.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2024.

ROSENBLATT, F.; MELLO, M.; MEDEIROS, C. Secondary victimisation, procedural injustices, and machismo: the experiences of women who access Brazil's not-so-specialised domestic violence courts. *International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice*. Michigan, 47, no. 2, 2023, p. 167-184. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/01924036.2022.2157456?src=getfr>. Acesso em: 23 abr. 2024.

THOMSON, J; WHITING, S. Women, Peace and Security National Action Plans in anti-gender governments: The cases of Brazil and Poland. *European Journal of International Security*, Cambridge, v. 7, n. 4, 2022, p. 531-550. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/F7C05C7496991D1D99AD0283B0F9F6DB/S2057563722000219a.pdf/div-class-title-women-peace-and-security-national-action-plans-in-anti-gender-governments-the-cases-of-brazil-and-poland-div.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2024.

UN WOMEN. What we do. 2023. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/what-we-do>. Acesso em: 25 abr. 2023.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. COVID-19 Global Gender Response Tracker. 2022. Disponível em: https://data.undp.org/gendertracker/?_gl=1*13bg7h*_ga*MTk2ODEzNjU3MS4xNjgwMDkzNDQ1*_ga_3W7LPK0WP1*MTY4MDA5MzQ0NS4xLjEuMTY4MDA5MzQ0NS42MC4wLjA. Acesso em: 19 jun. 2023.